

ENTRE A REPRESSÃO E O CUIDADO: CONFLITOS TERRITORIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA CRACOLÂNDIA DE SÃO PAULO***BETWEEN REPRESSION AND CARE: TERRITORIAL CONFLICTS AND PUBLIC POLICIES IN SÃO PAULO'S CRACOLÂNDIA******ENTRE LA REPRESIÓN Y EL CUIDADO: CONFLICTOS TERRITORIALES Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN LA CRACOLÂNDIA DE SÃO PAULO***João Alexandre Paschoalin Filho¹, Cipriano Santos da Silva²

e737375

<https://doi.org/10.47820/recima21.v7i3.7375>

PUBLICADO: 03/2026

RESUMO

Esta pesquisa qualitativa explora a situação da Cracolândia nos bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos, no centro de São Paulo. Compreender e analisar as vulnerabilidades, problemas sociais e propostas de soluções para o combate à drogadição na região central são desafios para o poder público. O objetivo foi demonstrar o panorama da região em relação aos dependentes químicos e as consequências da dependência, ressaltando a importância da atuação governamental. A metodologia incluiu revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com moradores e trabalhadores locais e análise de conteúdo com o *software* Iramuteq. Os resultados revelam a percepção dos munícipes sobre a criminalidade e as ações governamentais, destacando a necessidade de políticas públicas eficazes para enfrentar os desafios da drogadição e da insegurança. As conclusões apontam para um diagnóstico detalhado das condições de segurança e para a importância de estratégias integradas de saúde, assistência social e planejamento urbano para solucionar os problemas identificados.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Pública. Assistência Social. Cracolândia. Políticas Públicas.**ABSTRACT**

This qualitative research explores the situation of Cracolândia in the neighborhoods of Santa Ifigênia and Campos Elíseos, in downtown São Paulo. Understanding and analyzing the vulnerabilities, social problems, and proposed solutions for combating drug using in the center are challenges for the public authorities. The objective was to demonstrate the region's panorama regarding drug users and the consequences of using, highlighting the importance of government action. The methodology included bibliographic review, semi-structured interviews with residents and local workers, and content analysis using the Iramuteq software. The results reveal the perception of citizens about crime and government actions, highlighting the need for effective public policies to address the challenges of drug using and insecurity. The conclusions point to a detailed diagnosis of security conditions and the importance of integrated strategies in health, social assistance, and urban planning to solve the identified problems.

KEYWORDS: Public Security. Social Assistance. Cracolândia. Public Policies.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho, São Paulo/SP.

² Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis pela Universidade Nove de Julho, São Paulo/SP.

RESUMEN

Esta investigación cualitativa explora la situación de Cracolândia en los barrios de Santa Ifigênia y Campos Elíseos, en el centro de São Paulo. Comprender y analizar las vulnerabilidades, problemas sociales y propuestas de soluciones para combatir la drogadicción en el centro son desafíos para las autoridades públicas. El objetivo fue demostrar el panorama de la región en relación con los adictos y las consecuencias de la adicción, resaltando la importancia de la acción gubernamental. La metodología incluyó revisión bibliográfica, entrevistas semiestructuradas con residentes y trabajadores locales, y análisis de contenido con el software Iramuteq. Los resultados revelan la percepción de los ciudadanos sobre la criminalidad y las acciones gubernamentales, destacando la necesidad de políticas públicas eficaces para enfrentar los desafíos de la drogadicción y la inseguridad. Las conclusiones apuntan a un diagnóstico detallado de las condiciones de seguridad y a la importancia de estrategias integradas en salud, asistencia social y planificación urbana para resolver los problemas identificados.

PALABRAS CLAVE: Seguridad Pública. Asistencia Social. Gestión. Cracolândia. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A Cracolândia, localizada nos bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos, na cidade de São Paulo, constitui um dos territórios urbanos mais emblemáticos da articulação entre vulnerabilidade social, políticas públicas contraditórias e disputas territoriais. Longe de representar apenas uma “cena aberta de uso de drogas”, trata-se de um território político, permeado por ações estatais que ora oscilam entre o cuidado e a repressão, ora se estruturam a partir de lógicas que conjugam criminalização, especulação imobiliária e gestão da pobreza (Calil; Marino, 2024; Fromm; Blokland, 2023). A recorrência de ações de dispersão, internação compulsória e intervenções urbanísticas orientadas por uma lógica securitária revela um modelo de governança que, em vez de enfrentar as causas estruturais do fenômeno, tende a deslocar, fragmentar e estigmatizar os sujeitos que habitam essas territorialidades (Rui, 2021; Richmond; Magri, 2024).

Apesar do crescente interesse acadêmico sobre a Cracolândia, persiste uma lacuna relevante na literatura: a escassez de abordagens que articulem, de forma simultânea, os discursos dos sujeitos diretamente afetados: moradores, comerciantes e trabalhadores locais, as políticas públicas em vigor e os processos territoriais em curso na região central da cidade. Grande parte dos estudos concentra-se na perspectiva institucional ou jurídico-administrativa das intervenções (Krieger; Pozzebon, 2022; Lima *et al.*, 2024), negligenciando as experiências vividas, bem como as formas de resistência e de cidadania que emergem da convivência cotidiana com a exclusão (Kureda *et al.*, 2021; Ramos *et al.*, 2022).

Este artigo busca contribuir para o preenchimento dessa lacuna ao investigar como diferentes grupos sociais percebem e vivenciam os efeitos das políticas públicas na região da Cracolândia. A partir de uma abordagem qualitativa, interdisciplinar e crítica, a pesquisa propõe compreender as disputas simbólicas e materiais que atravessam os bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos, com ênfase na dimensão subjetiva dos discursos e na centralidade da territorialidade como fator estruturante tanto dos



processos de exclusão quanto das formas de resistência urbana. Especificamente, pretende-se identificar como moradores, comerciantes e trabalhadores da saúde e da assistência interpretam as políticas implementadas no território; analisar de que maneira essas experiências produzem percepções compartilhadas sobre a região; examinar como as dinâmicas de repressão, cuidado e reconfiguração urbana são incorporadas às narrativas cotidianas; e evidenciar como tais percepções revelam disputas relacionadas à produção da cidade e à justiça territorial.

Embora a pesquisa contemple diferentes grupos sociais: moradores, comerciantes e trabalhadores da saúde e da assistência, o objetivo analítico não consiste em realizar uma comparação sistemática entre essas categorias, mas em compreender como distintas experiências sociais, atravessadas por um mesmo território de conflito, convergem na produção de um vocabulário urbano compartilhado sobre a Cracolândia. Assim, as diferenças entre os grupos são reconhecidas, mas não constituem o eixo central da análise, que privilegia a identificação de gramáticas discursivas comuns.

A justificativa deste estudo repousa na necessidade de subsidiar o planejamento urbano com evidências empíricas capazes de refletir a complexidade e a pluralidade dos territórios, superando narrativas simplificadoras que reduzem o problema à presença de usuários de crack ou à suposta ausência de policiamento. Reconhecer a Cracolândia como espaço de conflito, mas também como campo de produção de cidadania e de formas alternativas de vida urbana, constitui um passo fundamental para a formulação de políticas públicas mais inclusivas, participativas e eficazes.

Dessa forma, a questão central que orienta esta pesquisa é: como diferentes atores sociais compreendem e experienciam os efeitos das políticas públicas e das dinâmicas territoriais na Cracolândia, e de que maneira essas percepções podem subsidiar alternativas de planejamento urbano mais justas e integradas? Ao buscar respostas para essa indagação, o presente artigo pretende contribuir para o debate sobre justiça territorial, participação cidadã e a construção de políticas urbanas que reconheçam os sujeitos historicamente invisibilizados como protagonistas na produção da cidade.

Nesse sentido, o artigo não se propõe a inaugurar categorias analíticas inéditas, mas a consolidar empiricamente disputas discursivas amplamente teorizadas na literatura crítica sobre a Cracolândia e os conflitos urbanos, observando-as a partir da escala microssocial das percepções cotidianas de atores que vivem, trabalham e circulam na região. Ao fazê-lo, busca evidenciar como essas disputas se materializam nos discursos ordinários, nas experiências vividas e nas gramáticas sociais que organizam o conflito urbano no cotidiano.

As contribuições deste estudo devem ser compreendidas à luz de seus limites analíticos e de sua proposta epistemológica. Ao privilegiar a escala microssocial das percepções e dos discursos cotidianos, o artigo não pretende formular modelos prescritivos de intervenção urbana, mas oferecer subsídios empíricos para a reflexão crítica sobre políticas públicas, planejamento urbano e justiça territorial em contextos de vulnerabilidade extrema.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

A análise da Cracolândia como espaço urbano de conflitos evidencia um entrelaçamento complexo entre territorialidades marginalizadas, estratégias de controle estatal e dinâmicas de resistência social. A literatura recente tem contribuído de forma consistente para a compreensão desse fenômeno ao conceber a Cracolândia não apenas como uma “cena aberta de uso de drogas”, mas como um território político em disputa, atravessado por múltiplas formas de produção do urbano (Calil; Marino, 2024; Fromm; Blokland, 2023).

Nesse sentido, Calil e Marino (2024) argumentam que o caos produzido por meio da dispersão de pessoas em situação de rua, especialmente no contexto da Operação Caronte, não decorre de falhas administrativas, mas de uma estratégia de governança urbana baseada na instabilidade territorial, associada à produção de mercadorias políticas e à valorização imobiliária. Essa leitura é reforçada por Alves e Pereira (2023), que formulam o conceito de “vandalismo governamental” para caracterizar a atuação do Estado como agente interveniente nos processos de degradação urbana, operando segundo lógicas de gestão da pobreza e de controle territorial.

A perspectiva de Fromm e Blokland (2023) amplia essa interpretação ao enfatizar a mobilidade e a fluidez das territorialidades que compõem a Cracolândia. Ao introduzirem o conceito de viração, os autores evidenciam práticas de sobrevivência e nomadismo urbano que tensionam modelos tradicionais de controle espacial e revelam formas cotidianas de negociação e enfrentamento em relação às políticas de segurança.

No plano simbólico e afetivo, Rui (2021) destaca que os corpos presentes na Cracolândia são atravessados por dispositivos de abjeção e desumanização, os quais contribuem para a naturalização das violências ali exercidas. Em diálogo com essa abordagem, Butler (2002, 2011) argumenta que essas vidas precárias são deslocadas para fora do campo do reconhecimento social, tornando-se corpos socialmente deslegitimados e frequentemente privados de estatuto pleno de cidadania.

A produção territorial da Cracolândia deve ser compreendida, conforme Frúgoli Jr. e Cavalcanti (2013) e Frúgoli Jr. e Chizzolini (2017), como uma territorialidade itinerante. A persistência da cena, apesar das sucessivas intervenções repressivas, revela uma dinâmica contínua de deslocamento, e não de erradicação, o que implica a reprodução permanente dos conflitos e dos dispositivos de controle. Nasser (2017) contribui para esse entendimento ao propor a noção de “campo de gravitação”, que descreve a capacidade do território de atrair e redistribuir populações excluídas a partir de uma infraestrutura mínima de sobrevivência urbana.

Compreender a Cracolândia como território político implica problematizar políticas públicas centradas prioritariamente na repressão e na internação compulsória. Iniciativas como o Programa De Braços Abertos (PBA), analisadas por Alves e Pereira (2024) e Nasser (2017), representam experiências baseadas no cuidado, na moradia e no trabalho, articulando saúde,

assistência e inclusão social. Sua descontinuidade pode ser interpretada como uma inflexão na agenda pública, com deslocamento de políticas orientadas por direitos para abordagens de caráter predominantemente punitivo.

Calil (2021, 2022) insere a Cracolândia paulistana em um contexto latino-americano mais amplo ao compará-la com experiências observadas em Medellín e Bogotá. Sua análise da “narcoestética urbana” demonstra como o medo e a insegurança são mobilizados como instrumentos de gestão urbana e de reconfiguração territorial, frequentemente associados a processos de gentrificação e exclusão.

Essas leituras dialogam com a contribuição de Richmond e Magri (2024), que analisam a governança da Cracolândia como uma assemblage composta por atores estatais e não estatais, cujas ações fragmentadas e sobrepostas intensificam conflitos territoriais e processos de precarização das condições de vida. Em escala comparativa, Kureda *et al.*, (2021), ao analisarem a formação de uma “Cracolândia vista da rua” em Campo Grande (MS), evidenciam como pessoas em situação de rua reconfiguram centralidades urbanas por meio de relações de pertencimento, resistência e produção de cidadania. Ramos *et al.*, (2022) complementam ao demonstrar que políticas desvinculadas de seus determinantes sociais, como moradia, trabalho e educação, tendem a reproduzir a vulnerabilidade que pretendem enfrentar.

Por fim, Krieger e Pozzebon (2022) mostram como projetos urbanos em São Paulo e Medellín promovem remoções sob a retórica da revitalização, reduzindo a visibilidade dos conflitos e dos sujeitos afetados, enquanto Lima *et al.*, (2024) evidenciam a centralidade da Cracolândia no discurso eleitoral sobre segurança pública, no qual o medo é mobilizado como recurso político.

Dessa forma, a literatura indica que a Cracolândia deve ser compreendida como um fenômeno urbano complexo, marcado por disputas territoriais, estratégias contraditórias de governança e formas cotidianas de resistência. Trata-se de uma territorialidade na qual interesses econômicos, dispositivos de controle e práticas de sobrevivência coexistem e se tensionam. A incorporação de experiências de outras cidades brasileiras e latino-americanas amplia a compreensão dos mecanismos de controle urbano e das possibilidades de construção de alternativas territorialmente integradas.

2. MÉTODOS

Esta pesquisa qualitativa adota uma abordagem interpretativa e interdisciplinar, ancorada nos referenciais dos estudos urbanos críticos e da sociologia do território, com o objetivo de compreender as disputas simbólicas e materiais que conformam a região da Cracolândia, situada no centro da cidade de São Paulo. A investigação articula duas estratégias metodológicas complementares: a revisão de literatura e a realização de entrevistas semiestruturadas, com vistas a apreender, de um lado, as diretrizes institucionais das políticas públicas direcionadas ao



território e, de outro, as percepções de distintos grupos sociais diretamente afetados por essas intervenções.

2.1. Procedimentos de coleta de dados

A seleção dos participantes foi realizada por meio de amostragem intencional, fundamentada em critérios teóricos e estratégicos de diversidade social, com o propósito de captar múltiplas perspectivas acerca dos impactos das políticas públicas e das dinâmicas territoriais da Cracolândia. Optou-se por uma composição heterogênea da amostra, contemplando sujeitos diretamente afetados pelas intervenções urbanas e pelas transformações cotidianas observadas nos bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos. Essa estratégia seguiu a lógica da saturação teórica, priorizando a representatividade analítica e interpretativa, em detrimento de critérios estatísticos (Flick, 2009; Minayo, 2014).

As entrevistas foram realizadas sem coleta de dados pessoais identificáveis e os depoimentos foram tratados de forma integralmente anonimizada. Nos termos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, pesquisas em Ciências Humanas e Sociais que não envolvem identificação dos participantes nem coleta de dados sensíveis podem ser dispensadas de apreciação pelo Sistema CEP/CONEP. Considerando essas condições, não houve necessidade de submissão prévia a Comitê de Ética, permanecendo observados os princípios de confidencialidade, voluntariedade e respeito aos participantes.

Foram entrevistados 30 participantes, igualmente distribuídos entre os dois bairros, sendo 15 em cada localidade. Os entrevistados foram organizados em três grupos sociais, segundo suas distintas formas de inserção no território: (i) moradores com diferentes tempos de residência, cujas memórias e experiências contribuem para a compreensão das transformações urbanas ao longo do tempo; (ii) comerciantes formais e informais, diretamente impactados pelas políticas de segurança, pelos fluxos populacionais e pela estigmatização do espaço urbano; e (iii) trabalhadores de serviços públicos e de organizações da sociedade civil como agentes de saúde, assistentes sociais e lideranças comunitárias, detentores de conhecimento institucional e prático sobre as políticas implementadas na região.

Essa composição amostral possibilitou o cruzamento entre experiências locais e institucionais, articulando dimensões subjetivas e estruturais da vivência urbana nos territórios analisados. O roteiro de entrevistas e os referenciais teóricos que orientaram sua elaboração são apresentados no Quadro 1:

Quadro 1. Roteiro de entrevista e referencial teórico

Eixo	Pergunta	Bibliografia	Objetivo
Políticas Públicas	1 Qual a sua opinião acerca da atuação do poder público na região, está dando resultados? Quais?	Camargo <i>et al.</i> (2022)	Identificação da percepção dos problemas no território e investigação local.
	2 Como você avalia os governos estadual e municipal na atuação do combate aos crimes na região?	Camargo <i>et al.</i> (2022)	Averiguar e avaliar os resultados no policiamento das forças de segurança.
	3 Como você considera a atuação do poder público na região?	Filgueira <i>et al.</i> (2019)	Identificar a preocupação dos executivos na região.
Saúde Pública	4 Qual a sua opinião acerca do tratamento do vício em drogas ser considerado um problema de saúde pública?	Filgueira <i>et al.</i> (2019)	Identificar se o respondente possui conhecimento dos problemas causados pelas drogas.
	5 Como você enxerga a atuação dos agentes de saúde com os dependentes químicos?	Collier (2020)	Verificar se o respondente observa a atuação dos agentes de saúde.
	6 O que você acha acerca da internação compulsória?	Camargo <i>et al.</i> (2022)	Identificar se o tratamento atual está dando resultado esperado.
Assistência Social	7 Como você avalia o serviço da prefeitura de assistência social?	Medeiros <i>et al.</i> (2023)	Identificar o grau de conhecimento do serviço oferecido pela prefeitura
	8 Como você avalia o serviço do CAPS?	Bocafoli e Santos (2023)	Verificar as expectativas do respondente diante dos problemas.
	9 Como você acredita que a pessoa em recuperação pode ser reintegrada na sociedade	Bocafoli e Santos (2023)	Identificação da preocupação em relação à contenção da doença.
Segurança pública	10 Quais os riscos você acredita que sofre ao caminhar no centro?	Medeiros <i>et al.</i> (2023)	Verificar maiores problemáticas vivenciadas pelo respondente.
	11 Qual a relação que você enxerga entre a falta de segurança no centro, e os usuários de drogas que moram nas ruas?	Medeiros (2023)	Verificar a disponibilidade de aplicações e quando houver, a adesão pelo respondente.
	12 Qual é a sua opinião sobre as ações policiais realizadas no local?	Exner <i>et al.</i> (2019)	Verificar a confiabilidade do respondente em relação aos estudos atuais.
Planejamento urbano	13 Qual a sua opinião sobre a necessidade de revitalização do centro de São Paulo?	Camargo <i>et al.</i> (2022)	Identificar a percepção do respondente dos problemas voltado ao planejamento urbano.
	14 Quais as ações de planejamento urbano você crê que poderiam mitigar o problema da Cracolândia?	Spiess (2020)	Verificar a preferência do respondente em relação a infraestrutura na região.
	15 Como você avalia as ações de revitalização que estão sendo feitas no centro? Você conhece? Cite exemplos.	Spiess (2020)	Avaliar a importância dos espaços de lazer urbanos para o respondente.

Fonte: Elaboração Própria.

2.2. Critério de escolha das áreas e ruas de entrevista

A definição dos pontos para a realização das entrevistas teve como objetivo representar áreas consideradas críticas nos bairros de Campos Elíseos e Santa Ifigênia, caracterizadas pela presença expressiva de serviços de assistência social, policiamento ostensivo e elevada



circulação de pessoas em situação de rua. As entrevistas foram conduzidas em locais com intensa movimentação ao longo do dia, abrangendo os períodos da manhã, tarde e noite, com o intuito de captar distintas dinâmicas territoriais e variações contextuais no uso do espaço urbano.

No bairro de Santa Ifigênia, os pontos selecionados incluíram as ruas Conselheiro Nébias, Triunfo, Guaianases e Vitória. Em Campos Elíseos, foram priorizadas as ruas Mauá, Dino Bueno, Cleveland e os arredores da Praça Princesa Isabel, áreas historicamente associadas à concentração de serviços públicos, à presença de ações policiais e às dinâmicas relacionadas à Cracolândia.

2.3. Realização das entrevistas

As entrevistas foram realizadas presencialmente entre os dias 1º e 15 de abril de 2025, em diferentes turnos (manhã, tarde e noite), de modo a respeitar a disponibilidade dos interlocutores e captar variações nas dinâmicas territoriais ao longo do dia. Todas as entrevistas foram gravadas mediante autorização prévia dos participantes, transcritas integralmente com o auxílio de ferramenta automática e posteriormente revisadas, assegurando-se o anonimato dos entrevistados, em conformidade com os princípios éticos que orientam a pesquisa em ciências humanas e sociais. Os dados empíricos secundários utilizados no estudo referem-se a séries históricas anteriores à realização das entrevistas e foram empregados como base contextual para a análise qualitativa desenvolvida.

2.4. Estratégia de análise

A análise do material empírico baseou-se em uma abordagem de análise de conteúdo temática, articulada a uma leitura socioterritorial das narrativas, com o objetivo de identificar padrões discursivos, tensões e sentidos atribuídos à cidade e às políticas públicas no contexto da Cracolândia. Como ferramenta complementar, utilizou-se o software IRAMUTEQ para a organização do *corpus* textual e a geração de visualizações estatístico-textuais, incluindo a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), a Análise Fatorial de Correspondência (AFC), a Análise de Similitude e a Nuvem de Palavras.

Ressalta-se que o uso do software não substituiu a leitura crítica e interpretativa do material empírico. Os resultados obtidos por meio das análises estatísticas foram interpretados à luz dos referenciais teóricos adotados e de uma sensibilidade etnográfica, com o propósito de preservar a complexidade, a densidade qualitativa e o contexto das narrativas. As visualizações estatísticas funcionaram como suporte à identificação de núcleos de sentido e à construção de categorias analíticas relacionadas aos efeitos territoriais das políticas públicas na Cracolândia.

Embora a amostra tenha contemplado grupos socialmente distintos: moradores, comerciantes e trabalhadores da saúde e da assistência social, optou-se, para fins analíticos, por

tratar o conjunto dos entrevistados como uma população relativamente homogênea no que se refere às percepções territoriais. Essa escolha metodológica visou favorecer a identificação de discursos recorrentes e de padrões lexicais compartilhados, em consonância com a lógica das análises fatoriais e de similitude, sem desconsiderar as diferenças sociais subjacentes aos grupos analisados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Contextualização urbana dos bairros Santa Ifigênia e Campos Elíseos - Região da Luz

Localizada no centro histórico da cidade de São Paulo, a Região da Luz configura-se como um território urbano de elevada complexidade, caracterizado por intensas transformações socioespaciais e disputas políticas em torno de seu uso e ocupação. Integram essa região os bairros de Campos Elíseos e Santa Ifigênia, que compõem o escopo empírico desta pesquisa e concentram algumas das expressões mais agudas dos conflitos urbanos associados à presença da Cracolândia.

Desde a década de 1970, essa área tem sido alvo de sucessivos projetos de renovação urbana, orientados à reversão de um quadro de “degradação” frequentemente associado à presença de populações vulnerabilizadas, ao comércio informal e às cenas abertas de uso de drogas. No entanto, tais iniciativas, sobretudo as mais recentes, têm priorizado lógicas de valorização imobiliária e de financeirização do espaço urbano, frequentemente viabilizadas por meio de parcerias público-privadas (Petrella, 2021).

O discurso da revitalização, nesse contexto, tende a encobrir processos de gentrificação e de expulsão de antigos moradores e frequentadores da região, convertendo o “direito à moradia” em “direito à propriedade”, conforme argumenta Petrella (2021). Nessa direção, Maquiaveli (2012) evidencia que a Região da Luz é atravessada por narrativas contraditórias: simultaneamente reconhecida como patrimônio histórico e símbolo da cidade moderna, ela também é representada como espaço de risco e desordem, o que legitima práticas seletivas de intervenção e higienização urbana. O processo de “passar a cidade a limpo” revela-se, na prática, uma tentativa de reconfiguração do centro conforme os interesses das elites políticas e econômicas, transformando a diversidade urbana em mercadoria cultural e ativo imobiliário.

O bairro de Santa Ifigênia, originado a partir da freguesia vinculada à igreja homônima, consolidou-se historicamente como espaço de ocupação popular, caracterizado pela presença de cortiços, pequenos comércios e por uma população majoritariamente formada por imigrantes portugueses, italianos e espanhóis. Desde o final do século XIX, a região tem sido marcada por tensões recorrentes entre projetos de modernização urbana e os modos de vida das classes trabalhadoras, sendo alvo constante de políticas higienistas e de remoção. A proximidade com equipamentos simbólicos, como a Estação da Luz, a Pinacoteca e o antigo DOPS, confere à

Santa Ifigênia um caráter ambíguo, no qual coexistem patrimônio histórico, precariedade habitacional e violência institucional.

Por sua vez, o bairro de Campos Elíseos, originalmente denominado Campo Redondo, foi concebido como espaço da elite paulistana no final do século XIX, abrigando mansões imponentes e instituições relevantes, como a antiga sede da Secretaria de Segurança Pública. A partir da segunda metade do século XX, contudo, o bairro passou por um acentuado processo de decadência física e funcional, passando a concentrar ocupações populares, pensões, cortiços e o uso intensivo do espaço público por populações em situação de vulnerabilidade. A deterioração da infraestrutura urbana, aliada à omissão do poder público, contribuiu para sua associação crescente à cena de uso de drogas e ao estigma da violência urbana.

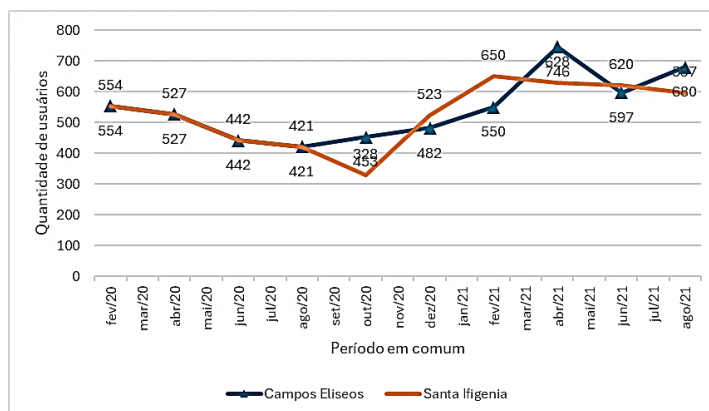
Santa Ifigênia e Campos Elíseos concentram, assim, desafios urbanos centrais à compreensão do fenômeno da Cracolândia. Ambos os bairros apresentam dinâmicas sociais complexas, marcadas pela presença contínua de usuários de crack, pessoas em situação de rua, comércio informal e conflitos envolvendo moradores, comerciantes, trabalhadores da assistência social, forças de segurança e usuários de drogas. Como apontam Frúgoli Jr. e Cavalcanti (2013), a territorialidade da Cracolândia é itinerante, deslocando-se continuamente em função das políticas repressivas e das intervenções urbanas, o que gera instabilidade e intensifica os conflitos cotidianos nesses territórios.

Em Santa Ifigênia, o cenário urbano é tensionado pela convivência entre a intensa atividade comercial, especialmente no setor de eletrônicos, e as cenas abertas de uso de drogas, resultando na produção de uma “geografia do medo”, marcada pela estigmatização e pela retração do uso do espaço público (Frúgoli Jr.; Chizzolini, 2017). Já em Campos Elíseos, bairro de passado aristocrático, observa-se a intensificação das ações repressivas e de tentativas recorrentes de expulsão dos usuários, sobretudo nas imediações da Praça Princesa Isabel e da Alameda Cleveland.

Conforme destacam Alves e Pereira (2024), o esvaziamento simbólico e material da região, agravado pelas operações policiais e pela omissão estatal, tem contribuído para a constituição de um ambiente urbano hostil, no qual as políticas públicas, quando existentes, atuam de forma fragmentada, reforçando a exclusão em vez de mitigá-la. O contraste entre o discurso de revitalização e a persistência da vulnerabilidade social evidencia a urgência de políticas públicas integradas, capazes de articular ações nos campos da moradia, da saúde, da segurança e da assistência social.

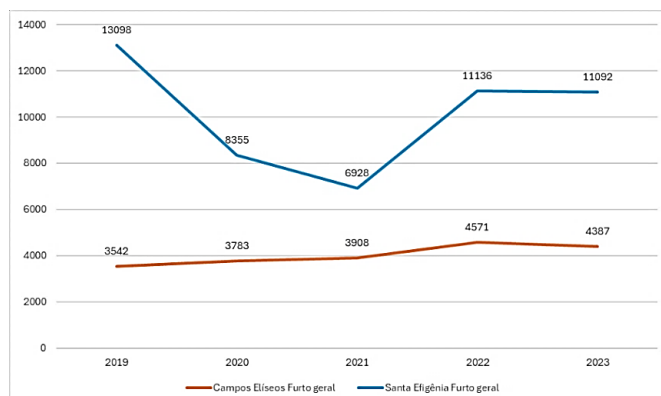
As figuras a seguir apresentam a quantidade estimada de usuários de drogas nos bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos entre os anos de 2020 e 2021, bem como os índices de furtos e roubos registrados no período. Esses dados empíricos oferecem suporte à análise das dinâmicas urbanas e das desigualdades nas respostas institucionais à presença da Cracolândia.

Figura 1. Quantidade de usuários Campos Elíseos e Santa Ifigênia (período comum)



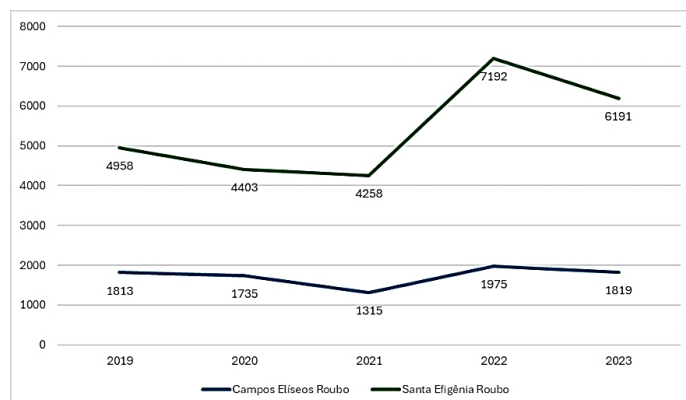
Fonte: Elaboração Própria.

Figura 2. Quantidade de furtos em geral Santa Ifigênia x Campos Elíseos



Fonte: Elaboração Própria.

Figura 3. Quantidade de roubos em geral Santa Ifigênia x Campos Elíseos



Fonte: Elaboração Própria.

A análise dos gráficos permite comparar os bairros de Campos Elíseos e Santa Ifigênia quanto à presença de usuários de drogas e à incidência de furtos e roubos, aspectos centrais para



a compreensão da dinâmica territorial da Cracolândia. Em fevereiro de 2020, ambos os bairros registravam o mesmo número de usuários (554). No entanto, ao longo do período analisado, Santa Ifigênia apresentou oscilações mais estáveis, possivelmente associadas à sua configuração urbana e à maior tolerância espacial da cena de uso, conforme discutido por Frúgoli Jr. e Chizzolini (2017).

No que se refere aos furtos, Santa Ifigênia apresentou índices significativamente mais elevados, alcançando 13.098 ocorrências em 2019 e mantendo números expressivos até 2023. Esse comportamento pode ser explicado pelo intenso fluxo comercial da região, aliado à elevada circulação de pessoas e mercadorias, fatores que ampliam as oportunidades para esse tipo de delito. Em contraste, Campos Elíseos manteve índices mais baixos e relativamente estáveis ao longo do período, sugerindo um perfil urbano distinto, distinguido por menor densidade populacional e por uma dinâmica econômica menos intensa. Em relação aos roubos, observa-se padrão semelhante: Santa Ifigênia concentra a maior parte das ocorrências, evidenciando sua maior visibilidade pública e maior exposição territorial (Lima *et al.*, 2024).

Essas diferenças indicam que, embora ambos os bairros sejam impactados pela presença da Cracolândia, os efeitos das políticas públicas, da criminalização e das intervenções urbanas manifestam-se de forma desigual no território. Santa Ifigênia tem sido alvo prioritário de ações repressivas, frequentemente orientadas pela lógica da visibilidade urbana e da proteção de áreas de interesse econômico, enquanto Campos Elíseos enfrenta um cenário de abandono estrutural, condicionado por políticas dispersivas e fragmentadas (Calil; Marino, 2024). A resposta estatal, desse modo, permanece predominantemente orientada pela contenção e pelo controle, em detrimento de estratégias estruturais baseadas no cuidado, na inclusão social e na promoção da justiça territorial.

3.2. Caracterização da população amostral

Foram entrevistadas 30 pessoas, igualmente distribuídas entre os bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos. A maioria dos participantes mantém vínculo duradouro com a região: 46,7% frequentam o território há entre 21 e 30 anos, enquanto 16,7% o fazem há mais de três décadas. Esse tempo de permanência indica um enraizamento social significativo, relevante para a análise das dinâmicas urbanas e territoriais.

No que se refere ao perfil sociodemográfico, 70% dos entrevistados são homens e 30% mulheres. A faixa etária predominante situa-se entre 41 e 60 anos (66,7%), o que evidencia um grupo com experiência prolongada no território analisado. Em relação à escolaridade, 46,7% possuem ensino médio e 53,3% ensino superior, revelando um nível educacional relativamente elevado entre os participantes.

Essas características indicam que os entrevistados detêm conhecimento acumulado sobre o território e acompanham de forma contínua suas transformações cotidianas, o que confere densidade qualitativa às análises sobre as percepções e os impactos da Cracolândia nos bairros centrais de São Paulo.

3.3. Análise das entrevistas

3.3.1. Caracterização do *corpus* textual

A análise do *corpus* evidenciou a centralidade de termos como “gente” (160 ocorrências), “pessoa” (143), “centro” (96), “público” (81), “droga” (71), “usuário” (67), “problema” (66), “segurança” (57), “região” (56) e “saúde” (45), revelando uma preocupação generalizada com os impactos humanos, sociais e urbanos associados à Cracolândia. A recorrência dos termos “gente” e “pessoa” destaca a dimensão humana do conflito territorial, indicando que os entrevistados reconhecem os sujeitos presentes na região não apenas como usuários de substâncias, mas como parte do tecido social, ainda que atravessados por múltiplas vulnerabilidades. Essa ênfase dialoga com as reflexões de Kureda *et al.*, (2021), ao discutirem a produção de cidadinidade e pertencimento em contextos de exclusão urbana.

A presença expressiva de termos como “problema” (66), “segurança” (57) e “público” (81) aponta para a percepção de um território em crise, frequentemente associado à insuficiência, à fragmentação ou à ineficácia da atuação estatal. Essa articulação entre insegurança, policiamento e precariedade urbana encontra respaldo na análise de Lima *et al.*, (2024), que identificam a centralidade simbólica e política da Cracolândia nos discursos eleitorais, frequentemente mobilizada como metáfora do desgoverno, do colapso urbano e da ameaça à ordem pública.

A frequência de palavras como “droga” (71), “usuário” (67) e “saúde” (45) evidencia a sobreposição entre os campos da saúde pública e da criminalização, configurando um paradoxo amplamente discutido na literatura. Conforme apontam Ramos *et al.*, (2022), a medicalização do problema, quando dissociada de seus determinantes sociais, tende a reforçar políticas de controle e contenção, em detrimento de estratégias integradas orientadas ao cuidado, à moradia e à inclusão social.

A recorrência dos termos “centro” (96) e “região” (56) reforça a espacialização do estigma e corrobora os argumentos de Rui (2019) e Frúgoli Jr. (2013) acerca da construção simbólica da Cracolândia como um “território-problema”, compreendido como zona de exceção urbana e alvo recorrente de intervenções repressivas que, em vez de resolver os conflitos, contribuem para seu deslocamento e reconfiguração territorial.

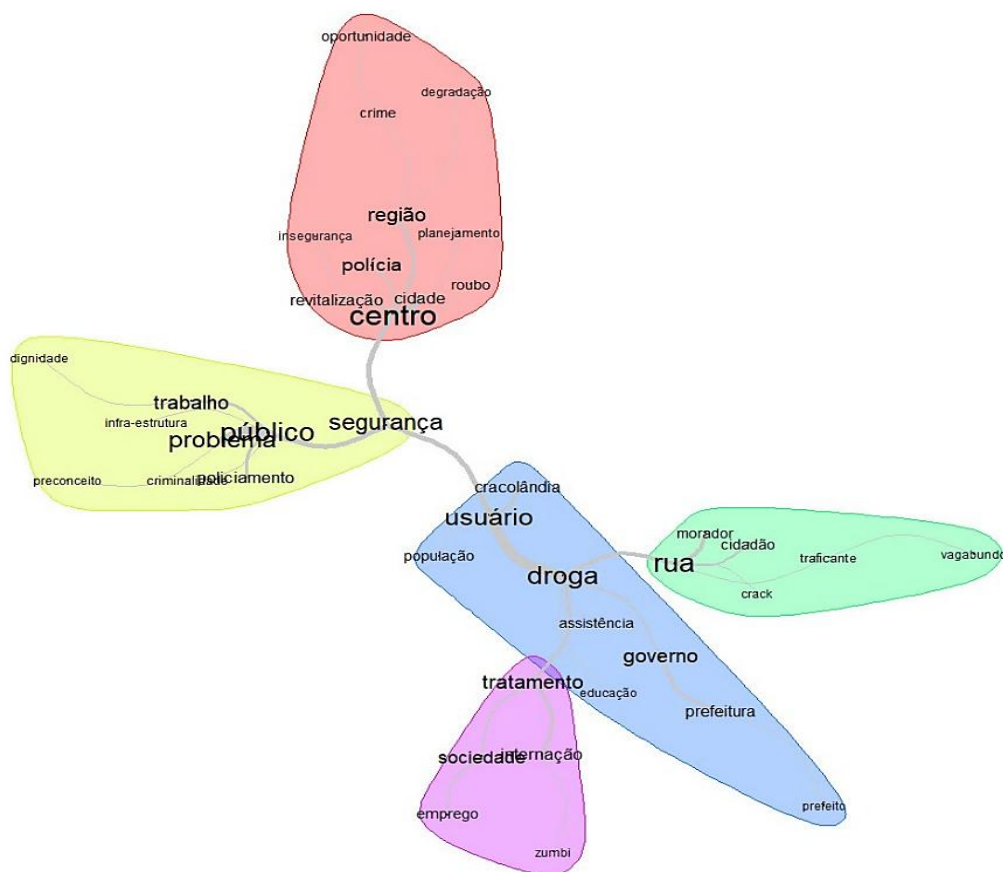
Por fim, a relativa homogeneidade das percepções entre os grupos entrevistados sugere a existência de um consenso aparente quanto à gravidade da situação. No entanto, conforme adverte Rui (2021), tal consenso é frequentemente produzido por meio de dispositivos simbólicos

de medo e desumanização, operando mais como mecanismo de legitimação de práticas de controle e exclusão do que como base para políticas orientadas ao cuidado, à inclusão social e à justiça territorial.

3.3.2. Análise de similitude

A Figura 4, correspondente ao gráfico de similitude, apresenta a estrutura lexical do *corpus* da pesquisa, evidenciando as relações de co-ocorrência entre os termos mais recorrentes nas entrevistas. Essa visualização possibilita identificar os principais temas e conceitos mobilizados pelos entrevistados, bem como as conexões semânticas que articulam os diferentes núcleos de sentido presentes nos discursos.

Figura 4. Gráfico de similitude obtido para o *corpus* em estudo



Fonte: Elaboração Própria.

O gráfico de similitude, construído a partir das entrevistas realizadas com moradores, comerciantes e trabalhadores dos bairros de Campos Elíseos e Santa Ifigênia, permite identificar a centralidade de determinadas categorias semânticas e seus vínculos conceituais. A visualização

evidencia três clusters principais de significados e associações lexicais que, em conjunto, revelam dimensões estruturantes da experiência urbana nos territórios atravessados pela Cracolândia.

O primeiro cluster, estruturado em torno de termos como “pessoa” (143 ocorrências), “gente” (160), “droga” (71), “usuário” (67) e “problema” (66), expressa uma associação recorrente entre sujeitos e vulnerabilidade social. A densidade das conexões indica que a questão das drogas aparece vinculada à presença humana no território, remetendo a processos de exclusão e estigmatização discutidos por Rui (2019). A recorrência desses termos sugere que a presença de pessoas em situação de rua aparece nas narrativas como elemento organizador da experiência cotidiana nos bairros centrais. Essa percepção é sintetizada na fala do Entrevistado #8: “Sim! Eu acho de responsabilidade do governo fazer alguma coisa a respeito, porque os próprios dependentes químicos querem sair do vício, mas não conseguem.” A declaração evidencia tanto a atribuição de responsabilidade ao poder público quanto o reconhecimento do sofrimento dos usuários como questão social, em consonância com Ramos *et al.*, (2022), que apontam a insuficiência de políticas desvinculadas de seus determinantes estruturais.

O segundo cluster organiza-se em torno dos termos “segurança” (57), “público” (81) e “região” (56), destacando a associação entre território e ordem urbana. Nesse conjunto semântico, a degradação espacial é frequentemente interpretada como resultado de fragilidades na atuação estatal. Tal percepção dialoga com a análise de Lima *et al.*, (2024), que identificam a centralidade do discurso da segurança na gestão política da Cracolândia. A ideia de uma “geografia do medo” (Caldeira, 2000) emerge nos relatos, como exemplificado pela fala da Entrevistada #6: “Todo dia a gente corre o risco de ser molestada, assaltada, machucada e agredida.” O relato evidencia como a experiência cotidiana da insegurança estrutura a percepção do território e orienta expectativas em relação às políticas públicas.

O terceiro cluster, mais disperso, articula termos como “centro” (96), “saúde” (45), “atendimento”, “tratamento” e “ação”, indicando a presença de demandas relacionadas à assistência e à intervenção institucional. A aproximação entre “centro” e “saúde” sugere que o território é percebido não apenas como espaço de conflito, mas também como locus de reivindicação por políticas públicas mais estruturadas. Esse achado dialoga com Frúgoli Jr. e Cavalcanti (2013), ao evidenciar a fragmentação das políticas urbanas voltadas à região.

A demanda por atendimento e por políticas mais eficazes aparece de forma recorrente nas falas. O Entrevistado #24 afirma: “Acredito que a prefeitura e o governo do estado poderiam investir em um tipo de tratamento de maior eficácia.” De modo semelhante, o Entrevistado #15 observa: “O governo ainda deve muito para essa população.” As declarações apontam para a expectativa de políticas intersetoriais que articulem saúde, trabalho e inserção social, aproximando-se de experiências já analisadas na literatura, como o Programa De Braços Abertos (Alves; Pereira, 2024).

A estigmatização territorial também se manifesta nas narrativas dos comerciantes. O Entrevistado #4 afirma: “Para revitalizar [o centro] é necessário fazer uma propaganda para o pessoal voltar para o centro.” A fala explicita os impactos econômicos associados à imagem negativa do território, aproximando-se da noção de “narcoestética urbana” proposta por Calil (2022), segundo a qual representações simbólicas do espaço influenciam processos de reconfiguração urbana.

A densidade das conexões entre termos como “gente” e “droga” evidencia a consolidação de associações semânticas que estruturam o imaginário urbano. De modo semelhante, a articulação entre “segurança” e “público” indica a centralidade da segurança como categoria organizadora da percepção territorial.

Assim, os clusters não apenas evidenciam conteúdos recorrentes, mas revelam a organização das percepções dos entrevistados em campos semânticos relativamente estáveis, nos quais vulnerabilidade, ordem urbana, políticas públicas e estigmatização se articulam como dimensões interdependentes da experiência territorial. A análise das conexões lexicais confirma a existência de um vocabulário compartilhado sobre a Cracolândia, estruturado por categorias que sintetizam sofrimento social, insegurança e expectativas de intervenção institucional.

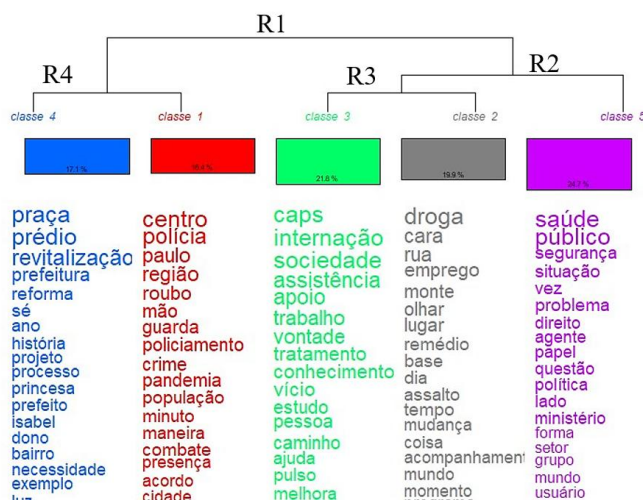
3.3.3. Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e análise fatorial por correspondência (AFC) do *corpus*

No processamento do *corpus*, foram classificados 649 segmentos de texto, dos quais 554 foram efetivamente aproveitados, correspondendo a 85,36% do total. Em análises qualitativas com suporte estatístico, taxas de aproveitamento superiores a 60% são consideradas satisfatórias, o que indica que o material analisado apresentou elevado grau de qualidade, consistência interna e robustez interpretativa (Souza *et al.*, 2018).

O dendrograma apresentado na Figura 5 foi estruturado em cinco classes, as quais agrupam segmentos de texto caracterizados por vocabulário semanticamente homogêneo. Esse procedimento possibilitou a identificação de padrões discursivos recorrentes nas falas dos entrevistados, organizando o *corpus* em campos temáticos coerentes e analiticamente distintos.

A segmentação evidenciou preocupações sociais centrais e demandas prioritárias dos diferentes grupos que habitam ou circulam na região da Cracolândia, revelando a complexidade das disputas territoriais e a multiplicidade de narrativas relacionadas à segurança pública, à assistência social, à saúde e ao direito à cidade.

Figura 5. Dendrograma com distribuição de classes e termos de maior qui-quadrado



Fonte: Elaboração Própria

A análise do dendrograma gerado a partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) revelou a organização do *corpus* em duas grandes dimensões semânticas, que expressam campos distintos de percepção sobre a Cracolândia e a região central de São Paulo. A primeira dimensão, responsável por 66,4% do *corpus*, agrupa as classes 3, 2 e 5 e reúne discursos voltados às políticas públicas e às respostas institucionais ao fenômeno. A segunda dimensão, composta pelas classes 4 e 1 (33,6% das ocorrências), concentra percepções relacionadas às condições urbanas e à segurança da área central, com ênfase na paisagem, no policiamento e nas intervenções promovidas pelo poder público municipal.

A primeira relação (R2), formada pelas classes 3 (verde), 2 (cinza) e 5 (roxa), reúne discursos centrados na necessidade de políticas públicas que considerem a complexidade do fenômeno. A classe 3 é caracterizada por termos como “assistência”, “CAPS”, “sociedade”, “tratamento” e “apoio”, indicando a valorização de abordagens intersetoriais baseadas na articulação de redes de atenção e no acesso a direitos sociais. Esse vocabulário evidencia a presença de um repertório associado à saúde pública e à assistência social, em consonância com as reflexões de Ramos *et al.*, (2022) e Rui (2021).

A classe 2 complementa essa dimensão ao reunir palavras como “droga”, “remédio”, “olhar”, “mudança” e “momento”, remetendo à dimensão subjetiva e psicossocial das trajetórias de vulnerabilidade. Já a classe 5 articula termos como “saúde”, “público”, “segurança”, “situação”, “política” e “direito”, configurando um léxico institucional orientado à responsabilização do poder público. Nesse campo semântico, observa-se a construção de uma gramática de cidadania que reivindica maior articulação entre políticas de saúde, assistência e segurança, aproximando-se das discussões de Calil (2021, 2022) sobre modelos urbanos orientados à integração de políticas.

A segunda relação (R4), composta pelas classes 4 (azul) e 1 (vermelha), expressa preocupações associadas à organização do espaço central e à percepção de insegurança. A classe 4 reúne termos como “praça”, “prédio”, “revitalização”, “prefeitura” e “reforma”, remetendo à paisagem urbana e às narrativas de requalificação do centro. Esses elementos indicam um olhar voltado à preservação e reorganização do espaço central enquanto área simbólica e funcional da cidade.

A classe 1 reforça essa dimensão ao incluir palavras como “polícia”, “crime”, “pandemia”, “população”, “presença” e “maneira”, refletindo a associação entre centralidade urbana e demanda por controle territorial. Esse campo semântico evidencia a centralidade da segurança na interpretação da realidade local. A articulação entre segurança, planejamento urbano e gestão territorial tem sido analisada por Richmond e Magri (2024) e Lima *et al.*, (2024), que destacam a interdependência entre discursos de ordem urbana e políticas de intervenção no centro da cidade.

A divisão entre as duas grandes dimensões indica a coexistência de diferentes enquadramentos interpretativos sobre o território: de um lado, discursos que enfatizam políticas públicas e direitos sociais; de outro, narrativas centradas na organização espacial e na segurança. Essa estrutura semântica sugere que as percepções sobre a Cracolândia se distribuem em campos relativamente diferenciados, ainda que interdependentes.

Os dados analisados indicam que, apesar da diversidade de posicionamentos, há convergência quanto à gravidade da situação e quanto à necessidade de respostas institucionais. Conforme argumentam Nasser (2017) e Frúgoli Jr. e Cavalcanti (2013), intervenções que desconsideram as dinâmicas territoriais e as redes de sociabilidade tendem a produzir reconfigurações espaciais sem eliminar os conflitos subjacentes. Nesse sentido, a CHD evidencia não apenas conteúdos temáticos recorrentes, mas a organização das percepções em dois grandes eixos discursivos que estruturam a compreensão do território.

A Tabela 1 sintetiza as relações entre as classes identificadas na análise da CHD.

Tabela 1. Resumo das relações entre as classes da análise da CHD

Relações	Classes	Denominação das classes	Representatividade
R2	3+2+5	Necessidade de adoção de programas públicos efetivos	66,4%
R4	4+1	Preocupação com as condições e segurança da região central	33,6%

Fonte: Elaboração Própria.

Portanto, a tabela apresentada permite visualizar com maior nitidez duas perspectivas sociais que coexistem no território da Cracolândia. De um lado, identifica-se um conjunto de discursos voltados ao fortalecimento de políticas públicas relacionadas à saúde, à assistência social e à ampliação do acesso a direitos. De outro, observa-se a presença de narrativas que

ênfatisam segurança, controle territorial e requalificação urbana como respostas prioritárias aos conflitos existentes.

A predominância quantitativa da primeira perspectiva sugere a relevância, no *corpus* analisado, de um léxico associado à cidadania e à institucionalidade das políticas sociais. Esse dado indica a centralidade, nas falas dos entrevistados, de demandas por maior articulação entre serviços públicos e por respostas estruturadas ao fenômeno, especialmente no campo da saúde e da assistência.

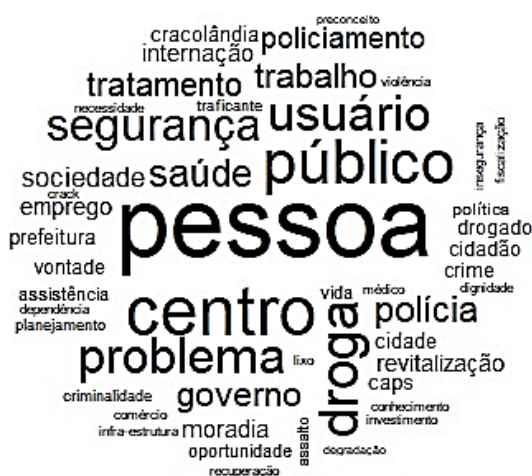
Simultaneamente, a presença expressiva de discursos centrados na revitalização urbana e na intensificação do controle territorial evidencia a força da categoria “segurança” como organizadora das percepções sobre o centro da cidade. Essa articulação revela como diferentes projetos de cidade se manifestam nos discursos analisados, ora enfatizando a reorganização espacial e o ordenamento urbano, ora destacando a necessidade de políticas sociais integradas.

A coexistência dessas perspectivas explicita a complexidade do debate em torno da Cracolândia, na medida em que segurança, planejamento urbano e políticas sociais aparecem como dimensões interdependentes na construção das narrativas sobre o território. A análise da CHD demonstra, assim, que os discursos não se distribuem de forma dicotômica, mas configuram um campo de tensões no qual distintas concepções de gestão urbana e de cidadania são mobilizadas pelos entrevistados.

3.3.4. Nuvem de palavras

A seguir é apresentada a nuvem de palavras obtida por meio da análise dos discursos efetuada pelo software:

Figura 6. Nuvem de palavras obtida para o *corpus* analisado



Fonte: Elaboração Própria.

A nuvem de palavras gerada a partir das entrevistas realizadas nos bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos evidencia elementos centrais da percepção social acerca da Cracolândia e de suas dinâmicas territoriais. O termo mais recorrente, “pessoa”, ocupa o núcleo da representação lexical, indicando a centralidade das experiências humanas na forma como os entrevistados compreendem os conflitos e problemas locais. A elevada frequência de palavras como “usuário”, “público”, “segurança”, “saúde”, “governo” e “problema” revela que as preocupações relacionadas à vulnerabilidade social, à presença, ou ausência, de serviços estatais e aos desafios da convivência cotidiana com a cena aberta de uso de drogas são compartilhadas entre distintos grupos sociais do território.

Essa centralidade do sujeito é coerente com as análises de Calil (2022), que compreende a Cracolândia como um território existencial e político, no qual os corpos são marcados não apenas pela dependência química, mas também por processos contínuos de exclusão, estigmatização e abandono institucional. A ênfase na palavra “pessoa” sugere, portanto, uma percepção crítica dos processos de desumanização em curso, em consonância com as reflexões de Rui (2021), ao destacar o papel de afetos como nojo e vergonha na construção simbólica da marginalidade urbana.

A recorrência de termos como “centro”, “problema”, “governo” e “polícia” reforça a associação entre a percepção de degradação urbana e a atuação estatal, frequentemente caracterizada pela omissão ou pela repressão. Essa leitura dialoga com o conceito de “vandalismo governamental”, formulado por Alves e Pereira (2024), segundo o qual o Estado atua como produtor de desordem e precariedade com vistas à legitimação de políticas de remoção, repressão e gentrificação. A presença do termo “revitalização”, associado a palavras como “crime” e “policimento”, evidencia as tensões entre os discursos oficiais de ordenamento urbano e os impactos concretos vivenciados cotidianamente pelos sujeitos nos territórios atravessados pela Cracolândia.

Por sua vez, a frequência de palavras como “tratamento”, “saúde”, “internação” e “sociedade” aponta para o desejo (ou expectativa) de que as políticas públicas avancem para além da lógica repressiva, operando de forma integrada na promoção do cuidado, da dignidade e da inclusão social. Tal expectativa ressoa nos resultados discutidos por Alves e Pereira (2024) no âmbito do Programa De Braços Abertos, que, ao articular moradia, vínculos afetivos e acompanhamento psicossocial, foi capaz de promover mudanças significativas nos padrões de consumo dos participantes, fortalecendo processos de autonomia e exercício da cidadania.

Adicionalmente, a presença recorrente de termos como “trabalho”, “moradia” e “emprego” reforça a compreensão de que os entrevistados não percebem a Cracolândia apenas como um problema restrito à saúde pública ou à segurança, mas como expressão de desigualdades estruturais associadas à precariedade econômica, ao racismo institucional e à ausência de

garantias de direitos básicos. Essa leitura converge com as análises de Calil (2022) e com estudos comparativos sobre exclusão urbana em contextos latino-americanos, como Bogotá e Medellín.

Em síntese, a nuvem de palavras revela uma percepção multifacetada da Cracolândia, na qual os sujeitos ocupam posição central e os problemas são compreendidos como resultado de múltiplas dimensões: políticas, sociais, econômicas, territoriais e simbólicas. Essa interpretação reforça a necessidade de formulação de políticas públicas intersetoriais, construídas com ampla participação social e sensibilidade às territorialidades que emergem nas margens da cidade formal.

4. CONSIDERAÇÕES

Os bairros analisados, embora apresentem perfis socioespaciais distintos, compartilham percepções recorrentes de insegurança, abandono institucional e estigmatização territorial. Santa Ifigênia, marcada por intensa atividade comercial e elevado fluxo populacional, apresentou índices mais elevados de criminalidade e maior circulação de usuários, enquanto Campos Elíseos, caracterizado por maior diversidade socioeconômica e histórica presença de população em situação de rua, revelou uma convivência mais resignada com os efeitos da Cracolândia. Essa diferenciação, frequentemente desconsiderada pelas políticas públicas, reforça a importância de abordagens territorializadas que levem em conta as especificidades sociais, históricas e urbanas de cada localidade.

As análises evidenciaram uma divisão significativa nos discursos dos entrevistados. Uma parcela expressiva (66,4%) apontou a necessidade de políticas públicas efetivas, sobretudo nos campos da saúde, da assistência social e da reinserção socioeconômica, enquanto 33,6% enfatizaram demandas por segurança e controle territorial. Essa dualidade reflete impasses centrais do planejamento urbano contemporâneo: de um lado, o apelo à ordem, à segurança e à requalificação física do espaço; de outro, a exigência por políticas intersetoriais e orientadas à promoção de direitos. Longe de se configurarem como posições excludentes, essas tensões expressam a coexistência de diferentes projetos de cidade e de cidadania.

Entre os principais achados, destacam-se a naturalização da presença policial como resposta predominante à insegurança, bem como a fragilidade das políticas públicas de assistência e saúde no enfrentamento do ciclo de exclusão social. As ações governamentais foram percebidas como fragmentadas, alternando entre intervenções de controle territorial e iniciativas de caráter assistencial. Ademais, as intervenções de revitalização urbana mostraram-se, em grande medida, desconectadas das demandas relatadas pelos entrevistados, sendo frequentemente associadas a processos de revalorização imobiliária.

Os resultados indicam que a Cracolândia deve ser compreendida como um território político e social complexo, cuja persistência está relacionada aos modelos de gestão urbana adotados ao longo do tempo. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de políticas públicas integradas e territorializadas, capazes de articular ações nos campos da saúde, da assistência social, da habitação e do trabalho, com maior coordenação institucional.

Como caminhos possíveis, propõem-se: (i) a ampliação da rede de consultórios na rua, com abordagem fundamentada na redução de danos e atuação em contexto de uso; (ii) a criação de centros de acolhimento de baixa exigência, com permanência voluntária e funcionamento territorial contínuo; e (iii) a expansão dos CAPS AD III com atendimento ininterrupto, voltados à promoção do cuidado psicossocial e da autonomia progressiva. Tais medidas podem ser articuladas a programas de qualificação profissional, economia solidária e habitação assistida, favorecendo processos de reinserção baseados em itinerários individualizados de cuidado e trabalho. A experiência do Programa De Braços Abertos, ao integrar moradia, renda e acompanhamento social, constitui referência relevante no debate sobre políticas públicas intersetoriais voltadas à região central.

Adicionalmente, recomenda-se a institucionalização de espaços permanentes de diálogo com a comunidade local, envolvendo comerciantes, moradores, usuários e trabalhadores da assistência social e da saúde, de modo a ampliar a participação social na formulação de políticas para o território. Nesse contexto, a atuação de coletivos e organizações da sociedade civil que operam na região, entre eles o “Craco Resiste”, tem sido registrada na literatura e no debate público como parte do campo de atores que intervêm simbolicamente e politicamente na disputa por narrativas e por projetos urbanos. A menção a esses coletivos neste estudo tem caráter descritivo e analítico, reconhecendo sua presença no território como componente das dinâmicas sociais observadas, sem implicar endosso institucional ou posicionamento normativo.

Essas proposições partem do entendimento de que políticas urbanas voltadas a territórios de alta vulnerabilidade demandam integração entre infraestrutura física, serviços públicos e instrumentos de participação social. Considerar a Cracolândia como espaço de produção de sociabilidades e de disputas institucionais constitui condição necessária para o desenvolvimento de respostas mais coordenadas e territorialmente adequadas.

Por fim, esta pesquisa contribui para o debate sobre o papel do planejamento urbano na construção de políticas mais integradas, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade extrema. A partir da análise de dois bairros centrais e simbólicos da cidade de São Paulo, busca-se oferecer subsídios para o desenvolvimento de estratégias urbanas mais sensíveis à diversidade territorial. Espera-se que os achados aqui apresentados possam orientar gestores públicos e pesquisadores na formulação de alternativas mais eficazes.

Como desdobramento, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a análise comparativa entre os diferentes grupos entrevistados: moradores, comerciantes e trabalhadores da saúde e da assistência social, de modo a captar as singularidades de suas experiências, discursos e expectativas em relação ao território. Estudos de caráter interseccional, que articulem variáveis como classe, gênero, território e atuação institucional, mostram-se igualmente promissores para complexificar o debate sobre justiça territorial e direito à cidade em contextos de exclusão urbana.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Y. D. D.; PEREIRA, P. P. G. A Cracolândia sob urbanismo militar: a implantação do SIAT II Acolher Helvétia e a continuidade da lógica de dor e sofrimento. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e58117, 2024.
- ALVES, Y. D. D.; PEREIRA, P. P. G. Operação Caronte e o vandalismo governamental na Cracolândia paulistana. **Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 134–141, 2023.
- BOCAFOLI, M. F. D.; SANTOS, J. M. “Cracolândia” na escola: um debate possível. **UNITAS: Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões**, v. 10, n. 1, [s.p.], 2022.
- BUTLER, J. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del sexo. Tradução espanhola. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- BUTLER, J. Vida precária. **Revista Contemporânea**, n. 1, p. 13–33, 2011.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CALIL, T. G. **As drogas, as pessoas e as cidades**: consumo do espaço e efeitos sociais em cidades latinas – aproximações entre São Paulo, Bogotá e Medellín. São Paulo: Editora UNESP, 2022.
- CALIL, T. G. **Cenas públicas de uso de drogas e a produção do risco em cidades latino-americanas**: consumo do espaço e efeitos sociais – aproximações entre São Paulo, Bogotá e Medellín. 2021. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- CALIL, T. G.; MARINO, A. Caos como estratégia e a “proteção” como mercadoria na “Cracolândia” paulistana. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 61, e6164811, 2024.
- CAMARGO, P. D. O. *et al.* Políticas públicas e sociais frente à vulnerabilidade social no território da Cracolândia. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 1, e200969, 2022.
- COLLIER, T. N. **Pedra, papel e tesoura**: direitos humanos, redução de danos e política pública na Cracolândia de São Paulo. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.
- EXNER, M.; CUNHA, J.; PARREIRAS, F. Comparação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do crack em São Paulo. **Relatório de pesquisa**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2019.

FILGUEIRA, C. A. C. *et al.* Vida na rua: contribuições analíticas do campo das ciências sociais. **Revista Ciência e Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 1–10, 2019.

FLICK, U. **An introduction to qualitative research**. 4. ed. London: SAGE Publications, 2009.

FROMM, D.; BLOKLAND, T. São Paulo's Crackland as urban impasse: an ethnographic account of mobility, territory and *viração* as a form of nomadismo. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, v. 114, n. 5, p. 234–247, 2023.

FRÚGOLI JR., H.; CAVALCANTI, M. Territorialidades da(s) Cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico**, v. 38, n. 2, p. 73–97, 2013.

FRÚGOLI JR., H.; CHIZZOLINI, B. B. Relations between face-to-face ethnography and images from Google Street View: a research into crack cocaine users of the streets of São Paulo's inner city. **GIS – Revista de Ciências Sociais**, v. 2, n. 1, p. 11–36, 2017.

KRIEGER, M. G. M.; POZZEBON, M. Conflitos urbanos em Medellín e São Paulo: dispositivos de publicização e cursos de ação para o direito à cidade. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. 1, p. 249–269, 2022.

KUREDA, V. E.; PASSAMANI, G. R.; SILVA, M. E. R. A “Cracolândia” de Campo Grande (MS) vista “da rua”. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 8, n. 16, p. 245–260, 2021.

LIMA, R. S. *et al.* Medo, violência e política na cidade de São Paulo: a quem cabe decifrar a Esfinge da Segurança Pública? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 38, n. 111, p. 257–260, 2024.

MAQUIAVELI, J. Passando a limpo: um passeio pelos processos e projetos de revitalização urbana do Meatpacking District, em Nova York, e da Região da Luz, em São Paulo. **EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales**, v. 38, n. 115, p. 137–158, 2012.

MEDEIROS, A.; FIGUEIREDO, D. C.; SILVA, M. R. Do Programa De Braços Abertos ao Programa Redenção. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 2, p. 11614–11626, 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NASSER, M. M. S. Cracolândia como campo de gravitação. **Ponto Urbe**, n. 21, 2017.

PETRELLA, G. M. Renovação urbana da região da Luz em São Paulo. **Pós-FAUUSP – Revista da Pós-Graduação da FAUUSP**, São Paulo, v. 28, n. 53, e154916, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.posfauusp.2021.154916>.

RAMOS, C. I. *et al.* Políticas públicas e sociais frente à vulnerabilidade social no território da Cracolândia. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 97-98

RICHMOND, M. A.; MAGRI, G. Assembling governance in São Paulo's “Cracolândia”. **Political Geography**, Amsterdam, v. 116, art. 103225, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2024.103225>.

RUI, T. Nojo, humilhação e vergonha no cotidiano de usuários de crack em situação de rua. **Anuário Antropológico**, v. 46, n. 3, p. 85–107, 2021.



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

ENTRE A REPRESSÃO E O CUIDADO: CONFLITOS TERRITORIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA CRACOLÂNDIA DE SÃO PAULO
João Alexandre Paschoalin Filho, Cipriano Santos da Silva

RUI, T. Por entre territórios visíveis e territórios invisibilizados. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 38, n. 3, p. 573–588, 2019.

SOUZA, M. A. R. *et al.* O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, e03353, 2018.

SPIESS, W. Ocupações de edifícios abandonados no centro de São Paulo: novas formas de pensar o urbanismo? *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM URBANISMO, 12., 2020, Lisboa–São Paulo. **Anais [...]** Lisboa–São Paulo, 2020. p. 1–15.